



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001/2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade reajustar a remuneração mínima dos agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Alfredo Chaves, abrangendo servidores ativos, inativos e pensionistas cuja referência remuneratória esteja vinculada ao salário mínimo nacional, adequando-a ao novo valor vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Lei Municipal nº 903, de 31 de janeiro de 2025, fixou a remuneração mínima dos agentes públicos municipais no valor de R\$ 1.518,00, em consonância com o Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024, que estabeleceu o salário mínimo nacional para o exercício de 2025.

Posteriormente, foi editado o Decreto Federal nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025, que reajustou o salário mínimo nacional para o valor de R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Ressalte-se que a legislação municipal vigente fixa valor nominal específico para a remuneração mínima, não prevendo mecanismo automático de atualização em razão de alterações no salário mínimo nacional. Assim, torna-se imprescindível a edição de novo diploma legal para assegurar que nenhum agente público municipal perceba remuneração inferior ao mínimo legalmente estabelecido.

No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, o Projeto de Lei encontra-se devidamente instruído com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e com as declarações exigidas pelos arts. 16 e 17 da Lei



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), demonstrando compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nos termos do Regimento Interno dessa Egrégia Câmara Municipal, o Chefe do Poder Executivo requer a análise e tramitação do Projeto de Lei nº 001/2026 **em regime de urgência**, considerando a necessidade de imediata adequação da remuneração mínima dos agentes públicos municipais ao salário mínimo nacional vigente a partir de 1º de janeiro de 2026.

A urgência justifica-se para evitar o pagamento de valores inferiores ao mínimo legalmente estabelecido, assegurando o cumprimento do art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, bem como a regularidade administrativa e financeira da folha de pagamento municipal.

Diante do exposto, solicita-se a apreciação prioritária da matéria, com a adoção das providências regimentais cabíveis.

Alfredo Chaves (ES), 14 de janeiro de 2026.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001/2026, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

EMENTA: Reajusta a remuneração mínima dos agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Alfredo Chaves e dá outras providências.

O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que o **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL** aprovou e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixada a remuneração mínima dos agentes públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Alfredo Chaves, abrangendo servidores ativos, inativos e pensionistas, cujo vencimento básico, padrão ou valor de referência seja inferior ao salário mínimo nacional vigente.

Art. 2º A remuneração mínima dos agentes públicos sob qualquer vínculo com o Município, bem como os proventos dos inativos e pensionistas, fica fixada, a partir de 1º de janeiro de 2026, no valor de R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se remuneração mínima a retribuição pecuniária correspondente exclusivamente ao vencimento básico do cargo, emprego ou função, excluídas vantagens pessoais, adicionais, gratificações, indenizações ou quaisquer outras parcelas de natureza transitória.

Art. 4º Compete à Coordenadoria Municipal de Gestão de Recursos Humanos, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, adotar as providências necessárias para a adequação das folhas de pagamento e das fichas funcionais dos servidores alcançados por esta Lei.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026 e dos exercícios subsequentes, se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Alfredo Chaves (ES), 14 de janeiro de 2026.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL

Prefeito Municipal